

GUERRA DO IRAQUE: CLINTON E BUSH – UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL

ISRAEL ROBERTO BARNABÉ

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp
Professor do Mestrado em Relações Internacionais, da UFRGS,
Prodoc/Capes
E-mail: irbarnabe@uol.com.br

CAROLINE DE ANDRADE SILVA MINUCCI

Bacharel em Relações Internacionais pelo
Centro Universitário Moura Lacerda (Ribeirão Preto, SP)
E-mail: carolineminucci@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a guerra dos Estados Unidos com o Iraque, com base em uma perspectiva comportamental dos chefes de Estado, especialmente dos Presidentes Bill Clinton e George W. Bush. Apesar de ser considerado um paradigma marginal nos estudos dos fenômenos internacionais, o behaviorismo contribui de forma importante para o entendimento da sociedade internacional contemporânea, que, mesmo sendo composta de estruturas e outras condicionantes que dão corpo e forma ao desenho mundial, é determinada, em alguma medida, por posturas pessoais dos governantes que conduzem a tomada de decisão no âmbito global.

Palavras-chave: guerra, comportamento, behaviorismo, Estados Unidos, Iraque.

ABSTRACT

This article examines the U.S. war with Iraq through a behavioral perspective of heads of State, especially of Presidents Bill Clinton and George W. Bush. Despite being considered a marginal paradigm in studies of international phenomena, the behaviorism contributes importantly to the understanding of contemporary international society which, despite being formed by structures and other constraints that embody and shape the design world, is also determined, to some extent, by personal attitudes of governments that lead to decision-making in the global context.

Keywords: war, behavior, behaviorism, United States, Iraq.

1 INTRODUÇÃO

Desde a pré-história, em vários regimes e modos de produção, os homens elegem ou são subordinados a representantes de sua sociedade. Mesmo com o advento da globalização e da visão mercadológica e multilateralista, que tende explicar os acontecimentos do dia-a-dia, o realismo dos líderes ainda tem grande importância no contexto mundial.

Trata-se de indivíduos que, por várias qualidades ou sorte (ou pela falta lastimável delas), possuem poder suficiente para ordenar as diretrizes de um grupo, seja com a participação de outros homens ou sozinho. No entanto, “trata-se de indivíduos” que possuem personalidades, preferências, preconceitos, costumes, formas de se expressar, empatia, próprios. Assim, compreendem e são compreendidos de diversas maneiras, e as conseqüências de suas decisões desenham a trajetória da história.

Guerras, acordos entre países, formação de blocos econômicos, enfim tudo que influi diretamente no curso das civilizações e no cotidiano de toda a humanidade é selado por homens incumbidos de representar o interesse dos outros. Mas até que ponto os interesses pessoais dão lugar à imparcialidade ética? Ou de que modo o comportamento particular e perante a sociedade pode interferir na efetivação ou não de certos feitos? A postura de cada líder é definitiva para alguns processos, ou se trata de uma grade de acontecimentos que emergem em dado momento de forma inevitável? Por exemplo, o ataque que os Estados Unidos promoveram contra o Iraque, em 2003, sob o comando de George W. Bush. Até que ponto o então presidente foi responsável para o estopim do conflito?

Intermináveis debates pautam tal questão. De um lado, podem ser identificados os interesses particulares e a falta de tato político perante países “não-irmãos” do Presidente Bush; inclusive indagando se o mesmo episódio ocorreria se o presidente em exercício ainda fosse Bill Clinton, que adotava uma postura antagônica a seu substituto. E, de outro lado, a guerra foi o desfecho de uma série de fatores que já se vinham acumulando desde antes, mas principalmente durante o governo de George H. W. Bush-pai e foram fermentando no decorrer do mandato de Clinton, eclodindo de forma conclusiva sob tutela de Bush-filho e seus colaboradores.

Nota-se então uma necessidade de se estabelecer qual o verdadeiro papel, a representatividade, do chefe de Estado nas Relações Internacionais. O objetivo deste artigo é analisar os eventos e perspectivas da política externa, tomando-se como estudo de caso os EUA e a guerra contra o Iraque em 2003.

2 COMPORTAMENTALISMO/PARADIGMA BEHAVIORISTA

O mecanicismo do século XX e a busca cada vez mais frenética por inovações tecnológicas fizeram surgir nos EUA o behaviorismo – uma crítica ao mentalismo e à introspecção freudiana, como forma de análise do comportamento humano. O paradigma behaviorista, como linha dentro da Psicologia, tem como objeto principal o estudo do comportamento por meio de fatos observáveis no ramo experimental das ciências humanas (KAHHALE, 2002).

Um dos maiores nomes dessa escola foi Burrhus Fraderic Skinner (1904–1990) que criou a teoria do comportamento operante, ou seja, o organismo age sobre o ambiente e produz conseqüências. Isso parece possibilitar a idéia de que os acontecimentos e o comportamento humano não são meros produtos passivos do ambiente, mas produtos do próprio homem, num processo de relações recíprocas (SKINNER, 1972).

Assim, a subjetividade individual é objetivada na medida em que é possível mensurar as reações que ela gera em seu ambiente externo.

Outro estudioso da área, Edward Chace Tolman (1886–1959), chegou a levantar a questão do comportamento intencional. Para ele, vários comportamentos com objetivos distintos ou não, estão voltados para um alvo – a intenção no comportamento. Um fator não observável à primeira vista, mas que, no final de um processo (uma cadeia de comportamentos), torna-se aparente, logo também pode ser empiricamente comprovado (SCHULTZ, 1981).

Toda essa discussão nos leva a tentar objetivar certos comportamentos de indivíduos que afetam diretamente seu ambiente externo. Em certos casos, pelo alto grau de influência e importância, a postura particular pode amplificar estrondosamente as reações provocadas no ambiente. Isso é evidenciado na figura dos líderes, dos chefes de Estados, que atuam no âmbito das Relações Internacionais.

A partir da disseminação dos estudos indutivos da Psicologia, desenvolveu-se, no ramo das Ciências Políticas, um processo empírico semelhante que se focalizava no homem político – o behavioralismo. Tais estudos foram elaborados principalmente pela escola realista norte-americana, nas décadas de 50 e 60, com o objetivo de formular hipóteses sobre uniformidades de conduta em diferentes ambientes institucionais (CASTRO, 2001).

A vinda de métodos experimentais para as Ciências Políticas foi uma tentativa bem-sucedida de dar autonomia ao comportamento político, separando-o de teorias juristicistas, que se centravam apenas nas ins-

tituições do Estado. As teorias de Ciências Políticas, anteriores ao comportamentalismo, limitavam o papel do indivíduo, não passando de meros estudos com base nas leis públicas, que conduziam a política, e nas teorias marxistas, que estudavam o choque entre as classes sociais.

O behavioralismo não é uma tendência reducionista ao individualismo; pelo contrário, tenta ampliar o conhecimento das teorias políticas para uma área maior, que é a do comportamento do indivíduo que atua no processo político, principalmente do líder, visto que o modo de este pensar e agir é parte integrante e expressiva do sistema estatal.

Na tentativa de se esboçar o comportamento dos chefes de Estado, logo sobressaem dois temas: a liderança e a figura do líder. Tais fatores delimitam as características dos chefes de Estado, pois constroem sua postura diante da sociedade e dos reflexos gerados sobre o ambiente.

Considerar como conceito de liderança somente a capacidade de influenciar pessoas, talvez seja uma explicação muito reducionista. Deve-se primeiro colocar como é aceita pelos liderados, depois avaliar o simbolismo do líder para essas pessoas e, por último, analisar as diretrizes que o representante pretende traçar para o Estado em questão. Antes devem ser consideradas três forças que influenciam na formação da liderança (BRANDÃO, 2004): a particular (o poder do próprio governante), a da população perante o governo e a da situação interna e externa em que o país se encontra.

A conjuntura presente é de suma importância para a edificação da figura do líder (teoria situacional). Ela é que delimita as condições do ambiente e como essas interagem com o líder. Compreendendo-se a circunstância, percebe-se o cenário atual e que tipo de conduta deve ser adotada pelo dirigente. Basicamente existem dois estilos de liderança: a autocrática, em que é muito usado o “poder sobre” ou poder de posição, e a democrática, em que o poder é pessoal (interpessoal) ou “junto de” (MAQUIAVEL, 1996). Na prática, esses dois estilos convivem lado a lado, ora prevalecendo um, ora outro. O balanço entre os poderes carismático e hierárquico é que definirá o comportamento predominante.

Independente do procedimento utilizado, para o chefe de Estado, principalmente dos países que optam pela democracia, o objetivo é obter uma resposta positiva de aceitação da sociedade, seja ela por obediência, por identificação (em que os cidadãos se reconhecem no representante) ou pela credibilidade que o líder possui (BRANDÃO, 2004). Tal consentimento é alcançado com base na harmonia entre a postura adotada pelo governante, as condições do cenário interno e externo e a posição dos liderados.

Segundo a abordagem comportamental ou behaviorista, os fatores ambientais é que definem o comportamento mais adequado para o líder, e a avaliação dessa liderança é mensurada por seus subordinados por meio de retornos favoráveis ou não. Assim, o chefe de Estado deverá interagir com o meio externo (ambiente mais subordinados) de forma que sejam produzidos reforços positivos à sua liderança. Com isso, desenvolveu-se o “modelo contingencial” pela teoria situacional (BRANDÃO, 2004), em que o sucesso e a capacidade de liderar são resultados da soma entre a personalidade do governante (fator interno) e a situação em que o país se encontra (fatores externos).

A liderança possui basicamente dois estilos: o autocrático e o democrático, ou carismático. É claro que no dia-a-dia essas duas formas de liderar se alternam dependendo da situação, mas o balanço entre elas é que irá catalogar em que linha de conduta o chefe de Estado se encaixa.

No caso dos EUA, recentemente destacaram-se dois exemplos distintos de liderança. Primeiro, o ex-presidente Bill Clinton (1993-2001), que foi rotulado pela opinião pública de líder carismático, que internamente se preocupou com assuntos voltados à população e que externamente procurou ministrar a hegemonia norte-americana de maneira mais democrática, contrastando com os governos republicanos anteriores. Seu sucessor e atual presidente, George W. Bush, já é visto como um governante mais autoritário, que dá total ênfase a seus objetivos e volta as políticas interna e externa para o cumprimento deles. De caráter unilateralista, procura supervalorizar o poder hegemônico dos EUA, colocando em segundo plano os demais assuntos da agenda governamental.

Lideranças, mesmo sendo de estilos diferentes, podem ser resumidamente mensuradas quanto a seus resultados. Elas podem ser bem-sucedidas, quando atingem seus objetivos, ou mal-sucedidas, quando não conseguem alcançá-los (BRANDÃO, 2004). No caso dos mandatos de Clinton e Bush (filho), pode-se dizer que ambos foram bem-sucedidos por terem atingido suas metas. Pela obtenção de sucesso, pode-se classificar a liderança quanto à eficácia (BRANDÃO, 2004). Políticas eficazes são aquelas que dão a idéia de longo prazo, de continuidade; as ineficazes são as que funcionam somente por um período curto, emergindo contradições no meio de sua vigência.

Tomando como exemplo as ações feitas em relação ao Iraque de 1993 aos dias atuais, observa-se uma divergência quanto à eficácia. No governo de Clinton, houve sanções danosas contra o território iraquiano, as quais tinham o consentimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e, com isso, eram toleradas pela sociedade mundial como “medi-

da necessária” a ser feita contra o ditador Saddam Hussein. A cooperação dos demais Estados e a aceitação pública garantiram a idéia de “estabilidade” e continuidade da política adotada, sendo essas sanções, independente das injustiças causadas, eficazes. Já o uso da força militar cometido pelo governo Bush, mesmo tendo alcançado, à primeira vista, seus objetivos, foi ineficaz, não foi contínua. Até hoje o que era para ser concluído em meses não foi efetivado, levando o presidente norte-americano inúmeras vezes à mídia para ressaltar suas justificativas de guerra. A não-aceitação da ONU, somada às críticas da opinião pública, primeiro externa e depois interna, agregaram na condenação de sua “política contra terror” e na decisão de invadir o Iraque, forçando a Casa Branca constantemente a reconhecer os erros cometidos.

Nota-se então que, com o mesmo objetivo de atingir o Iraque, políticas e posturas diferentes foram adotadas, colhendo-se resultados que destoam na avaliação. Com isso, percebe-se como o comportamento do líder foi crucial para essa distinção. Fatores como a postura do Chefe de Estado, sua interação com o ambiente, sua posição em relação aos liderados, as reações causadas no meio externo, os reforços internos e externos de comportamento promovidos, a avaliação da situação antecedente e presente, entre outros fatores. Enfim, tudo o que gira em torno da figura do governante foi causas e conseqüências no que tange ao paradigma comportamental/behaviorista e deve ser analisado no processo que ocorreu, e ainda ocorre, contra o Iraque.

3 QUESTÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX-XI

O início desse período é marcado pelo fim da guerra fria, em 1989, simbolizado pela queda do muro de Berlim e, concomitantemente, por tudo o que o império soviético representava. Ao contrário de qualquer desfecho que um grande conflito gera, como reestruturação do cenário sociopolítico e econômico global, o encerramento dessa etapa da história seguiu linearmente despontando os EUA como superpotência, condutora e ditadora de todo o processo de transição. Embora sua liderança e condução da política externa estejam sendo colocadas “em xeque” por outros atores mundiais, em decorrência das estratégias adotadas perante os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e na guerra contra o Iraque em 2003, é certo que tais abalos foram pouco para findar sua imagem hegemônica. Significaram, sim, um sinal de alerta para a necessida-

de de modificações em suas diretrizes, visto que tantos outros se mostram bem preparados para dividir seu espaço de influência no mundo (DOMINGUES, 2003).

O mundo viveu quase meio século sob a tensão de uma iminente guerra nuclear entre as duas maiores potências da época, EUA e URSS, que buscavam a expansão e consolidação de seu modelo de sociedade capitalista e socialista, respectivamente. Mesmo inexistindo um choque real, porque ambas possuíam o elemento nuclear e tal confronto seria fatal para humanidade, diversos conflitos indiretos, que tornaram o Terceiro Mundo principal palco desses feitos, alimentavam as perspectivas do mercado bélico e garantiam o fluxo de caixa dos países.

O esgotamento e a incapacidade de resistência às pressões internas e externas forçaram a derrota do ideal soviético, garantindo a George H. W. Bush, presidente dos EUA na época, o título de principal responsável pelo fim pacífico da guerra fria diante da opinião pública (DOMINGUES, 2003). Entretanto, mediante ao sucesso e consolidação da unipolaridade norte-americana, a política externa viu-se sem um plano sustentável de metas, pois, privando-se de um inimigo, o governo estava privando-se da base de sua estratégia que girou a economia por mais de quatro décadas. Anunciava-se, então, o início de uma crise doméstica.

A única alternativa, pelo menos em curto prazo, seria lançar uma campanha militar que objetivasse o “bom funcionamento” da nova ordem mundial. O alvo seria o Iraque, país do Oriente Médio, governado pelo ditador Saddam Hussein, que tentava anexar o pequeno vizinho Kuwait, a fim de alargar sua fronteira com o Golfo Pérsico. Além de invasor, coincidentemente o território iraquiano possui as maiores reservas de petróleo do mundo. Tal matéria-prima, conhecida como “ouro negro”, era, no Texas (EUA), o principal alicerce da riqueza da família do então presidente George H. W. Bush (MOORE, 2004).

A solução econômica e política, com o aval da ONU, teve seu marco em 1991 com a Guerra do Golfo. Parceiros estratégicos como a Arábia Saudita foram fielmente protegidos e devidamente utilizados (WOODWARD, 2004). Os EUA saíram vitoriosos, pelo estabelecimento da “paz” na região, e a popularidade do presidente dentro do país chegou a 90% (DOMINGUES, 2003). O Iraque se tornou, definitivamente, o país inimigo e, como o petróleo e Saddam Hussein permaneceram inatingidos, a sensação de “negócio inacabado” perante a região manteve-se.

Em decorrência disso, o governo norte-americano começou uma pequena guerra não declarada. Em uma coalizão apoiada pela ONU, estabeleceram duas zonas de exclusão de vôo, comportando 60% do espa-

ção aéreo iraquiano, nas quais aeronaves iraquianas não poderiam sobrevoar, sendo até abatidas, se encontradas em atividade.

Outra questão eram as inspeções autorizadas após a guerra, que garantiriam que Saddam não possuiria armas de destruição em massa (WOODWARD, 2004). Por fim, George H. W. Bush autorizou a CIA a patrocinar praticamente todos os grupos anti-Saddam, mas anunciou que os iraquianos deveriam assumir “com as próprias mãos” (WOODWARD, 2004) a derrubada do ditador, negando apoio militar norte-americano e resultando assim em outra matança no país.

Contudo, a crise econômica interna dos EUA continuava a se aprofundar. A popularidade do presidente teve uma brusca queda depois da Guerra do Golfo. Sua imagem estava desgastada e, adicionando-se isso à ineficiência da política externa em manter uma nova ordem mundial, por causa de conflitos na ex-Iugoslávia e na África, por exemplo, ou pela representação negativa que teve em assuntos sociais, como na Rio 92, viu-se a necessidade de renovar a postura política. A sociedade norte-americana projetou na opção democrata a realização de seu desejo de mudança, quebrando assim o domínio republicano de doze anos na Casa Branca.

Bill Clinton, com um tom renovador e um carisma contagiante na opinião popular, chegou à liderança da Casa Branca, em 1993, prometendo recuperar o cenário interno norte-americano. É o segundo presidente mais jovem da história dos EUA, depois de John F. Kennedy. Seu discurso com tom doméstico tinha o objetivo de salvar a economia e ressuscitar a moral nacional que estava descrente do governo que por doze anos se manteve sob domínio republicano.

Logo no início, reestruturou o orçamento e reorientou a política externa, focalizando-se em temas econômicos, a fim de impulsionar o crescimento e equilíbrio da balança de pagamentos. Como reflexo desse enfoque nos assuntos internos e econômicos, acabou deixando para segundo plano assuntos como temas sociais, direitos humanos, meio ambiente, promoção da democracia em regiões em crise, relacionamento com outras grandes potências, etc., ou melhor, tarefas que caracterizavam a liderança dos EUA no exterior.

Essa idéia de desinteresse e enfraquecimento da hegemonia norte-americana trouxe diversas críticas à sua política, forçando Clinton, logo no final de seu primeiro ano de presidência, a lançar um plano de estratégia de segurança nacional, conhecido como “Engajamento e Expansão” (DOMINGUES, 2003). Tal medida visava à dissipação dos livres mercados e democracias, bem como a manutenção de alianças políticas e mili-

tares dos EUA, reafirmando com isso o internacionalismo de seu governo perante a oposição.

Todavia, o balanço de seu governo nos primeiros anos foi negativo. Em 1994, durante as eleições legislativas, houve uma recuperação republicana, garantindo a esses a vitória no Congresso e a provisão de seu retorno à Presidência. Anunciava-se a falência da política vigente e de uma perspectiva renovadora na Casa Branca.

No entanto, nos últimos anos do primeiro mandato de Clinton, colheram-se respostas positivas instauradas por suas diretrizes. Constatou-se uma retomada do crescimento econômico no mercado interno, em virtude do equilíbrio da balança de pagamentos que há tempos estava em queda. Houve a construção de uma imagem de firmeza na figura do presidente, como na postura que adquiriu na condução do encerramento dos conflitos na Iugoslávia e no atentado interno de Oklahoma, em 1995 (CLINTON, 2004). Constituíram-se parcerias com potências europeias e asiáticas, e deu-se início às negociações para ampliação da OTAN. Tudo isso, somado a erros táticos do Partido Republicano, permitiram a Clinton o restabelecimento de sua representatividade confiável, ponderada e proativa perante a população norte-americana e mundial. Assim, em 1997, diante de tais resultados, Bill Clinton garantiu sua reeleição, dotado de segurança política e grande apoio popular.

Decididamente Bill Clinton era o típico líder carismático, e seu segundo mandato foi a confirmação disso. Com as populações, interna e externa, confiantes em sua postura internacionalista e renovadora, Clinton emergiu os EUA a seu posto de potência hegemônica. Após a reeleição, com o fôlego recarregado, pôde construir uma imagem ativista com atitudes positivas que caracterizaram a política externa norte-americana como “benigna”, por meio da cooperação e multilateralismo. Por meio da divisão de tarefas e decisões da administração da nova ordem, ele tornou a nação norte-americana “indispensável” aos olhos do mundo. Basicamente sustentou seu domínio sob três pilares: a força militar construtiva, as organizações internacionais e a prática da liberal democracia. Assim, mesmo tendo seu poder levemente minimizado, o governo norte-americano garantiu sua posição de empreendedor e responsável por todo o processo, prolongando seu *status quo* e prevenindo-se contra possíveis potências que antes poderiam roubar seu lugar, mas agora eram catalogadas como “parceiros estratégicos” (DOMINGUES, 2003).

Desse modo, mesmo com os escândalos sexuais, seguidos por sussurros de *impeachment*, Clinton conseguiu redirecionar a Casa Branca nos princípios do “engajamento e expansão” (DOMINGUES, 2003),

consolidando seu sucesso nos setores econômico, político e social, tanto no cenário doméstico quanto no internacional.

Apesar de se tornar figura-chave nas Relações Internacionais da nova era, o então presidente não fugiu de ataques republicanos marcados por um discurso de extrema direita. Segundo eles, a ênfase do governo vigente em assuntos multilateralistas de cunho ideológico enfraqueceram o poder dos EUA, passando uma impressão de ineficiência em comandar a política externa de forma unilateral, colocando o país à mercê de possíveis golpes vindos dos “competidores estratégicos” (DOMINGUES, 2003).

Mas, mesmo após um início decepcionante (primeiro mandato), pequenos tropeços (escândalos) e alfinetadas por parte da oposição, Clinton encerrou sua trajetória da melhor maneira possível. Sua figura era respeitada e sua ideologia admirada e seguida por vários regimes e organizações. A opinião pública apoiou tanto sua política que, mesmo na disputa pelo cargo presidencial entre os candidatos Gore (democrata) e Bush-filho (republicano), seu nome seria o mais cotado, se fosse possível um terceiro mandato.

4 RETORNO DO CLÃ DOS BUSH À CASA BRANCA

O Partido Republicano, seguindo sua corrente unilateralista de direita, viu no fim do governo Clinton a chance de retornar ao poder. Na disputa pela Casa Branca, em 2000, lançou como candidato o filho de seu último representante no poder, George W. Bush, o qual pautou seu discurso na proposta de um “internacionalismo diferenciado”.

Confrontando com a linha democrata, defendida por Al Gore, seu plano tinha como prioridade a recuperação total da hegemonia norte-americana. Dar-se-ia mais força orçamentária ao exército; investir-se-ia em novas tecnologias militares; seriam revistas alianças feitas com outras potências, como Europa, China e Rússia, que agora eram nomeadas “competidoras estratégicas”, bem como se voltariam maciçamente para a segurança dos EUA, enrijecendo as medidas tomadas contra “países bandidos”, como Iraque, Coréia do Norte, Irã, Cuba, etc. (WOODWARD, 2004). Assim, assuntos de ordem econômica e social seriam colocados em segundo plano, inclusive com a promessa de modificar a política interna, revendo gastos e prometendo cortes nos impostos, mesmo que esta tenha dado ótimos resultados no governo Clinton.

O rival democrata gozava de tão pouco prestígio popular quanto Bush. Depois de perder alguns votos para um antigo colega de partido

(Ralph Nader), Gore cometeu talvez o erro mais grave de sua campanha afastando Bill Clinton do palanque. Mas, mesmo com tais deslizes, em função do prestígio e sucesso do governo anterior, era o mais bem cotado à Presidência, dado o fator “continuidade” da política vigente que pesava em seu discurso.

No entanto, o mornismo das eleições de 2000 deu lugar a denúncias de fraude que atrasaram o resultado oficial por meses (MOORE, 2004). O enfoque da polêmica se concentrou no Estado da Flórida, onde houve problemas com cédulas alteradas. Algumas coincidências prepararam a conquista de Bush, primeiro o fato de seu irmão ser o governador da Flórida na época. Outro parente, seu primo, mesmo sem dados verídicos, anunciou sua vitória na Flórida pela rede de televisão Fox, o que acabou espalhando a notícia pelas demais emissoras. Seu chefe de campanha, também por um grande acaso, era o responsável pela contagem de votos na Flórida. Com tudo isso, após 36 dias de atraso, a Suprema Corte suspendeu a recontagem no Estado da Flórida, dando um fim duvidoso ao processo eleitoral desse ano. George W. Bush foi então declarado vencedor no Colégio Eleitoral, portanto presidente dos EUA, mesmo tendo Al Gore como vitorioso no voto popular.

O polêmico governo de George W. Bush iniciou-se logo em seu dia de posse. Nunca se viu um presidente norte-americano tomar posse mediante tanta revolta popular. O tumulto que houve levou à suspensão do tradicional passeio em carro aberto e teve sua duração mais acelerada do que a de costume (MOORE, 2004).

Já no cargo, Bush caracterizou o primeiro trecho de seu mandato pela sua falta de atitude presidencial efetiva e apoio dos norte-americanos, tanto que dados demonstram que ele permaneceu cerca de 40% desse período, que vai da posse até os atentados de 11 de setembro de 2001, de férias em seu rancho no Texas (MOORE, 2004).

Na verdade chegou a tomar algumas providências, como dar andamento às suas polêmicas propostas de campanha de cortar os impostos e aumentar o orçamento militar. Tratou de trazer de volta toda a cúpula que servia a seu pai: Dick Cheney, vice-presidente, conhecido como “falcão conservador”, representante do complexo industrial militar (Halliburton, que mais tarde ficou a cargo de abastecer a guerra contra o Afeganistão e principalmente contra o Iraque) e de grandes empresas no setor energético; Donald Rumsfeld, no Departamento de Defesa; Condolleeza Rice no Conselho de Segurança Nacional; Collin Powell, no Departamento de Estado, de todos o mais ponderado e próximo da corrente multilateral (WOODWARD, 2004).

Com tal equipe de apoio, algumas ações de cunho unilateral foram tomadas: a recusa ao Tratado de Kyoto; a quebra dos acordos nucleares com a Rússia, reafirmando a construção do escudo antimíssil; o incidente com o avião chinês, distanciando as negociações comerciais; o afastamento da questão Israel-Palestina, entre outras. Medidas adotadas sem se dar a menor importância no que tange às suas consequências, pareciam ser a marca de um presidente alienado e distante de sua sociedade.

Contudo, talvez um assunto tivesse ocupado algum tempo da preocupação de Bush – o Iraque. No início de janeiro de 2001, ele e os membros de sua administração reuniram-se no Pentágono com Cohen (Secretário de Defesa de Clinton), para inteirarem-se de procedimentos que haviam sido tomados no território iraquiano, durante o governo anterior (WOODWARD, 2004). Apesar de demonstrar certa falta de atenção, o presidente foi informado sobre sanções, zonas de exclusão de vôos, alguns ataques sem muita relevância no cenário internacional e sobre a expulsão dos inspetores de armas da ONU, em 1998.

As poucas reuniões que se seguiram tiveram basicamente o mesmo motivo: discutir como atacar o Iraque e derrubar permanentemente Saddam Hussein, não se esquecendo de garantir a segurança das reservas de petróleo, pois se tratam de fontes energéticas estratégicas e de grande valor agregado. Era certo que queriam confrontar a administração de Clinton, a qual titulavam de “recuo reflexivo” (DOMINGUES, 2003), considerando-a muito pouco hegemônica.

Enquanto o “negócio mal-acabado” com o Iraque vislumbrava George W. Bush, outra ameaça se concretizava com os fatos que vinham sendo coletados desde o governo Clinton pela CIA. Esses fatos foram passados ao presidente em seu rancho, em agosto de 2001, mas ele “de férias” sequer folheou o relatório (MOORE, 2004). Em seu teor estavam indícios fortíssimos de que a rede terrorista Al-Qaeda estava prestes a atacar interesses norte-americanos. Todavia, Bush mal poderia imaginar que Osama bin Laden, chefe dessa organização e parceiro comercial de sua família, iria efetivamente praticar algum ato contra a imagem dos EUA e, conseqüentemente, à sua. É fato que a família Bush e a família Bin Laden possuíam relações comerciais de longa data, tanto no setor petrolífero quanto em outros (MOORE, 2004). Um exemplo é a parceria na empresa Carlyle Group, a qual lucra quantidades exorbitantes de dólares nos EUA e é responsável por investimentos em telecomunicações, defesa, etc. No caso, é a principal empresa terceirizada empregada pelos governos de Bush pai e filho.

Um dia após o presidente cortar as verbas antiterrorismo do FBI, consumaram-se as previsões tanto alertadas pela segurança nacional.

Em Nova York e na capital Washington, as torres do World Trade Center e o Pentágono, símbolos da hegemonia dos EUA, foram atacados por aviões domésticos da empresa norte-americana American Airlines, dominados por terroristas suicidas integrantes da Al-Qaeda. A partir de 11 de setembro de 2001, a administração de Bush foi obrigada a tomar um rumo, a justificar o extremismo característico em seus discursos e a dar andamento a projetos militares contra os “inimigos internacionais”, depois disso apoiados pela população assustada.

Mesmo não sendo dotado de empatia e de um carisma que deveriam ser qualidades de um líder democrático, George W. Bush conquistou a aceitação pelas ameaças externas que colocaram “em xeque” o poderio norte-americano e fizeram com que o povo descrente se apegasse a uma figura moralista e patriota que passou a utilizar até de preceitos religiosos para comprovar seus atos.

Na manhã de 11 de setembro de 2001, Bush estava em visita a uma escola primária, o que fazia parte de seu marketing pessoal para aproximação de sua imagem à população, quando foi informado particularmente por um de seus assistentes sobre os ataques. Sem ninguém para lhe dizer o que fazer, permaneceu cerca de dez minutos (em frente às câmeras) na sala de aula, praticamente imóvel, parecendo não acreditar na proporção a que um assunto que nunca lhe pareceu de grande importância, o terrorismo, havia chegado (MOORE, 2004).

Bush que até então ignorava o assunto, almejou colocar em prática seus projetos de ataque ao Iraque, antes mesmo que a Al-Qaeda assumisse o feito.

Do gabinete de Rumsfeld saíram suposições de uma conexão com Saddam, entretanto não passaram de hipóteses, não havia nenhuma conexão. Cheney, o “falcão conservador”, talvez um dos mais interessados na guerra, vendo Bush cego em frente de um objetivo, tentou adiar os planos. Mas, de todos da administração da Casa Branca, somente Powell se mostrava avesso à declaração de guerra ao Iraque.

Diante de tanta falta de indícios, Bush resolveu refrear; porém a idéia de impulsionar seu governo em face da oportunidade latente de justificar sua plataforma política, não passaria em branco. Foi assim que decidiu voltar sua atenção para uma meta menor, mas mais relevante no momento, o Afeganistão, principal sede do grupo terrorista de Osama bin Laden.

O orçamento do exército mostrou custos altíssimos, porque Bush queria invadir o país com um contingente capaz de mostrar sua postura ríspida diante de organizações contrárias ao modelo de democracia e

“liberdade” norte-americano. Ao contrário de Clinton, que no máximo mandava alertas de longa distância, Bush queria o combate.

Todavia, num segundo plano, agiu antagonicamente à predestinação que passava à opinião pública. Por exemplo, autorizou a saída da família Bin Laden sem fazer nenhuma investigação a respeito, como ligações e possíveis evidências. Resolveu efetivamente atacar o Afeganistão somente um mês depois do 11 de setembro, e mesmo assim pouco fez: apresentou uma força militar pequena comparada à que tinha anunciado, e os alvos eram atacados em média dois meses depois de relatos que a Al-Qaeda havia passado por eles (MOORE, 2004).

Nota-se então que Bush não queria realmente capturar Osama Bin Laden, como até hoje não o fez. Ele queria consolidar sua imagem de protetor dos norte-americanos. Mostrou-se mais preocupado na disseminação de uma “política contra terror”, a fim de amedrontar o povo, para que aceitassem futuramente um ataque ao Iraque. Como se pode perceber, subtraindo-se o pretexto do terrorismo internacional e a preocupação com a segurança doméstica, a agenda do governo já estava formatada desde antes do 11 de setembro.

Após os atentados, no final de outubro de 2001, Bush solicitou, a portas fechadas, a estruturação de planos viáveis para uma invasão ao Iraque. Vários setores do governo, tanto administrativos quanto militares, empenharam-se durante todo o período, que vai dos ataques terroristas à efetiva guerra, em projetar e aprimorar uma maneira de concretizar os objetivos do presidente. Não tardou para que Bush pronunciasse afirmações sobre a existência de armas de destruição em massa camufladas no território iraquiano, principalmente químicas e biológicas (WOODWARD, 2004).

Para manter um clima de insegurança na nação norte-americana e mundial e mascarar um insucesso na caçada a Osama Bin Laden, Bush lançou, em janeiro de 2002, sua doutrina. Nela havia temas como a guerra preventiva, que visava antecipar ações militares contra possíveis ataques a interesses dos EUA; o conceito de “eixo do mal”, que recordava tempos remotos de guerras mundiais e tentava alargar o alcance de seus discursos, nos quais caracterizava como nações “bandidas” (Irã, Iraque e Coreia do Norte, e depois acrescentando Cuba, Síria e Líbia); por último, a criação do Department of Homeland Security, que cuidaria da segurança interna do país. Em declarações públicas, recheadas de argumentos religiosos e libertários, tratou de construir uma imagem moralista que buscava, sem pesar os meios, a garantia de paz do povo norte-americano e dos demais países. Seria a “mão forte” que interviria para a disseminação da democracia.

Provido de tantas “justificativas”, Bush tentou obter o aval da ONU para uma intervenção no Iraque. No entanto, não conseguiu a aprovação por causa de vários votos contra, como os da França, Alemanha, Rússia e China. Até o então Papa João Paulo II enviou um de seus representantes do Vaticano para tentar dialogar com Bush, prevendo que a guerra aprofundaria o abismo entre o mundo cristão e o muçulmano (WOODWARD, 2004). Contudo, mesmo diante de tanta oposição, os preparativos para um combate continuavam a ser a principal tarefa da administração da Casa Branca.

Sem o apoio internacional, foi então formada uma coalizão com os 35 países que apoiavam Bush, a “coalizão da boa vontade”, cujos parceiros de destaque eram Inglaterra, com seu fiel aliado Tony Blair; seguida da Espanha com José Maria Aznar; Arábia Saudita com o príncipe Bandar, principal aliado dos EUA no Oriente Médio e protegido do governo Bush (WOODWARD, 2004).

Powel ainda tentava uma segunda resolução, agora favorável, da ONU. Mas, em face de uma postura intransigente do presidente e da ausência de concessões, a política mostrou-se ineficaz, sendo vetada novamente. Mesmo assim, os planos já estavam no papel para uma ação efetiva. Movimentos terrestres e aéreos, bem como instalações de postos estratégicos, alvos e contingente bélico e humano foram sendo estabelecidos durante todo o período anterior à guerra. A preocupação com as reservas energéticas ocupava lugar de destaque com um “Planejamento para Infra-Estrutura do Petróleo Iraquiano”, além da instauração de um governo transitório no pós-guerra e a redemocratização do país (WOODWARD, 2004).

Às vésperas da guerra, Bush parecia ansioso diante da consolidação de seus objetivos. As reuniões multiplicaram-se, bem como a tentativa para conseguir mais aliados. A oposição da ONU, lideradas pela França, parecia incomodar cada vez mais o presidente que passou a fazer discursos com tom de ultimato. No entanto, muito se falava e o decorrer dos dias fazia-se questionar a veracidade das palavras do representante da Casa Branca. A demora da decisão para o começo da guerra, por causa de boatos de uma possível destituição de Blair pelo Parlamento inglês, aumentou as tensões no Oriente Médio. Países que apoiavam os EUA pediam uma definição da data para o princípio dos ataques, tendo em vista a ameaça que corriam pela proximidade com o Iraque.

Tais fatos forçaram Bush, em rede internacional, a dar um prazo de 48 horas para a saída de Saddam Hussein do país. Sem nenhuma resposta do ditador, em 19 de março de 2003, os EUA lançaram os pri-

meiros ataques contra o território iraquiano, concretizando a doutrina Bush e o início de uma política internacional tolerante a intervenções hegemônicas que denigrem a soberania dos Estados, tão latente desde Westfália. Era então o começo de uma nova ordem que nascia a custos muito altos para a humanidade.

Já completado o primeiro dia de guerra, 20 de março, a coalizão liderada pelos EUA ocupava a vasta área do deserto ocidental e os campos de petróleo do sul – 85% de sua totalidade (WOODWARD, 2004). Eram 183 mil militares que efetuaram ataques aéreos e terrestres. Os alvos atacados mesclavam entre áreas civis e militares iraquianas, sendo principalmente as primeiras na região de Bagdá, gerando um número expressivo de baixas. No entanto, ao contrário do que era transmitido pela mídia na época, a invasão não foi tão passiva, nem tão gloriosa para os integrantes da “boa vontade” (MOORE, 2004). O número de mortes do lado dos norte-americanos e seus aliados até hoje é incerto, mas sabe-se que não era pequeno. Atualmente, depois o início da guerra, as baixas da coalizão crescem progressivamente.

Durante os meses que se seguiram foram registradas verdadeiras atrocidades geradas, talvez, pela falta de informação militar e estrutura psicológica dos soldados. Ocorrências que comprovam o desrespeito à integridade humana dos iraquianos foram descobertas aos poucos, como invasões noturnas a residências civis, estupros, violações físicas, etc. Era fato que jovens sem nenhuma formação eram enviados ao Iraque sem ordens e objetivos concretos. Ainda que Saddam Hussein não tivesse sido um líder benigno para sua população, alguns documentários mostram que antes da guerra as pessoas não tinham tanta liberdade de ir e vir, mas se sentiam seguras. Isso de certo gerou uma aversão dos iraquianos, pelo menos de uma boa parte deles, à presença norte-americana, piorando assim a situação (MOORE, 2004).

Mas George W. Bush, mesmo diante da crescente violência, disse que a ocupação foi a melhor alternativa possível, batendo de frente com a administração de Clinton.

Por outro lado, com o controle do país e assegurando-se das reservas de petróleo, alguns interesses econômicos pareciam correr paralelamente, por exemplo: as empresas do Texas aumentaram significativamente sua lucratividade, mesmo sem aumentar sua produção; outras empresas norte-americanas também lucraram no Iraque, atraindo grande empenho dos empresários em “reconstruir a nação iraquiana”. Notoriamente, a Halliburton, do então vice-presidente Dick Cheney, ficou responsável pelo abastecimento da guerra (MOORE, 2004).

Bush parecia realizado perante a opinião pública. Continuava a manter a política do terror projetando futuros ataques preventivos. A mídia tratava de fazer um balanço de caráter positivo da guerra, e o rumo de Bush à reeleição parecia certo. Contudo, após meses do início da guerra, a “bola enterrada na cesta” (WOODWARD, 2004) de que achariam armas de destruição em massa, não se concretizava. Os relatórios apresentados pela administração de Bush eram obscuros e já adiavam os resultados para “um longo prazo”. A imprensa, no final de 2003, começa então a questionar os motivos que levaram os EUA à guerra, forçando o presidente a dar inúmeras entrevistas coletivas, a fim de reafirmar seu posto.

No dia 13 de dezembro daquele ano, o exército capturou Saddam, tirando-o de um buraco, barbudo e aparentemente desorientado. O fracasso de encontrar as armas de destruição em massa foi aliviado pela prisão do ex-ditador, levando Bush a clamar pelo feito em rede internacional, além do fato de que seu primeiro caçado, Osama Bin Laden, ainda se encontrava sem paradeiro. Mas logo a falta de indícios das armas de destruição em massa, o aumento da violência e a instabilidade no Iraque voltaram à tona e pareciam prejudicar o projeto de George W. em se reeleger.

Para alívio de Bush, foi o Senador John Kerry que acabou por vencer as prévias do Partido Democrata para as eleições de 2004. Kerry, em tempos de preparação para a guerra, deu declarações favoráveis à invasão, descaracterizando assim qualquer crítica que ele viesse a fazer durante as campanhas eleitorais contra a decisão do presidente em exercício em atacar o Iraque (WOODWARD, 2004). Com isso, anulou-se um dos argumentos mais fortes da oposição contra Bush, garantindo cada vez mais a permanência republicana por outros quatro anos na Casa Branca.

Mas a falha das informações passadas pelo Conselho de Segurança sobre a existência de armas químicas, biológicas e nucleares – principal justificativa para marcha à guerra – assombrava a Casa Branca. Com mais de 85% dos trabalhos de inspeção concluídos e sem a esperança de que se encontrassem estoques, Bush, após muito recusar, foi obrigado a reconhecer que talvez os dados que lhe foram apresentados antes da guerra estivessem supostamente equivocados. Era importante para a integridade de seu cargo reconhecer o fracasso.

Todavia, a pressão para que se fizesse uma investigação independente aumentava, tanto entre os democratas como entre os republicanos. A única saída para Bush foi então tomar a iniciativa e propor uma comissão bipartidária designada por ele (WOODWARD, 2004). Mas duas condições seriam impostas: a comissão analisaria amplamente os serviços de inteligência e as armas de destruição em massa não só no Iraque,

mas também em sua proliferação no Irã, Coréia do Norte e Líbia; a comissão não poderia informar nada até algum tempo depois das eleições presidenciais.

Finalmente, debaixo de muitas informações incertas a respeito dos resultados da política hegemônica de seu primeiro mandato, Bush foi reeleito, mantendo sua postura realista em busca da “liberdade” e da “moralidade” no mundo. Podem a isso, serem agregadas indagações sobre os custos políticos, morais e econômicos de sua doutrina. Internamente os EUA desenvolveram tendências preocupantes, como o aumento do déficit público pelo incremento de gastos e corte de impostos, a crise previdenciária e de saúde, a desaceleração econômica, visto que esta foi colocada em segundo plano, e os crescentes níveis de desemprego. Apesar de parecerem mais poderosos “fora de casa”, a política adotada parece corroer as bases de seu poder. Além de que, esse poder “lá fora” pode levar a uma superextensão dos compromissos, minando ainda mais os recursos domésticos. Afinal, o perfil de administração escolhido por Bush deve ser sustentado por uma mobilização quase permanente, similar à guerra fria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que alguns acontecimentos da história são decorrentes de decisões bem ou mal tomadas e que outros são o simples resultado de um somatório de tantos fatores. No entanto, também é sabido que existem vários desfechos para um mesmo fato ou várias maneiras de se pronunciar uma única resolução. Assim, a forma (isso depende de por quem e como são tomadas e passadas certas diretrizes) é que molda a trajetória das sociedades, e a representatividade disso cabe ao líder político da região ou comunidade em questão.

Com isso, o papel do chefe de Estado na sociedade atual ainda é de grande importância para o curso da humanidade. Mesmo no mundo globalizado, em que se tende a minimizar o papel do Estado e fortalecer o das organizações, o peso do representante continua a ser decisivo.

Tomando-se por base o tema da guerra contra o Iraque, que foi vastamente discutido no conteúdo, pode-se afirmar que vários fatores anteriores à Guerra do Golfo contribuíram para sua eclosão. A sensação de negócio “mal-acabado” que ficou da intervenção de 1991 e tantos outros motivos dados por Saddam durante os governos de Clinton e Bush, como violações e ataques indiretos, são suficientes para que alguns estu-

diosos defendam a idéia de que tal conseqüência foi inevitável mediante as causas constatadas. Mas sabe-se que, de um modo ou de outro, mesmo diante de muitas justificativas, Bill Clinton soube controlar um ataque efetivo ao território. Já o imediatismo e o extremismo de George W. Bush resultou em um ataque brutal à soberania iraquiana.

É certo que Saddam Hussein foi um ditador que infringiu inúmeros direitos dos cidadãos, mas a postura adotada pelo presidente dos EUA foi definitiva para uma intervenção militar como a que foi focalizada. Por exemplo, o tato político dos dois últimos representantes da Casa Branca é caracterizado por um gigantesco abismo. De um lado, a empatia de Clinton perante a opinião pública nacional e internacional, com uma política que transmitia confiança à sociedade, fruto de uma imagem proativa e construtiva, próxima da população. De outro lado, a falta de maleabilidade de Bush, que marcou seu governo por um distanciamento da população, por incertezas e por um moralismo conservador. Sua política foi sustentada por uma paralisação do cenário mundial em face da superextensão da hegemonia norte-americana que girava em torno de sua figura.

Conclui-se, então, que diante dos mesmos indícios contra o Iraque, medidas e posturas diferentes foram adotadas. Não cabe aqui avaliar as decisões políticas, mas o modo como foram gerenciadas pelos indivíduos que detinham o controle do Estado norte-americano na época e a forma como isso foi repassado à sociedade e como foram levadas as relações internacionais para a formação de uma nova ordem mundial.

O chefe de Estado não é o responsável singular pela eclosão de guerras, formação de blocos, acordos, etc., porém com certeza possui uma carga expressiva capaz de conduzir o panorama social, político e econômico de seus representados. E tal responsabilidade depende da postura e do comportamento que cada um possui e adota quando em exercício de sua atividade.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. da UnB, 2002.
- BRANDÃO, Leonor Cordeiro. **Liderança e poder nas organizações**. São Paulo: Ed. da Unip, 2004.
- CAMARGO, Cláudio. Batata quente. **IstoÉ**, n. 1858, p. 88-89, 25 maio 2005.
- CASTRO, Marcus Faro. De Westfalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. **Cadernos do REL**. Ed. da UnB, 2001.
- CLINTON, Bill. **Minha vida**: Bill Clinton. São Paulo: Globo, 2004
- DOMINGUES, Thiago; NEGHERBON, Marcel; HEERDT, Mauri (Org.). **Relações internacionais**: temas contemporâneos. Florianópolis: FENERI, 2003.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- KAHHALE, E. M. P. **Behaviorismo radical**: origens e fundamentos. São Paulo: Cortez, 2002.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1999.
- MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Moderna, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MOORE, Michael. **Fahrenheit**: o 11 de setembro. São Paulo: W11 Editores, 2004.
- OLIVEIRA, Odete Maria. **Relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2001.
- SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 1981.

SKINNER, B. F. **The concept of reflex in the description of behavior**. New York: Appleton Century Crofts, 1972.

VEIGA, Aida. O segredo dos líderes. **Época**, 13 dez. 2004.

WOODWARD, Bob. **Plano de ataque**. São Paulo: Globo, 2004.

SITES CONSULTADOS

www.relnet.com.br (matérias consultadas entre junho de 2003 e maio de 2006)

<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos> (matérias consultadas entre janeiro de 2005 e maio de 2006)

html.rincondelvago.com/ciencia-politica_1.html (Acesso em: maio 2006)

www.uned.es/dcpa/Asignaturas/Intropol/UDI (Acesso em: maio 2006)

Artigo recebido em 22/9/2008. Aprovado para publicação em 13/10/2008.
--